

# Equidade de Gênero na Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa

Contrato de Subvenção: DCI-NSAPVD/2009/201-790  
Co-financiado pela União Europeia



Foto: Floração de Guavira (*Campomanesia spp*) ao fundo Morro Margarida Assentamento Santa Marina – Nery Volpato, Bela Vista/MS.

**Bacia do Apa – novembro de 2012**

## Equidade de Gênero na Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa



### **Floração da Guavira**

*Delicada, exuberante,  
Exala sentimento, o néctar alimenta,  
Precisa de terra firme, de água, de sol,  
Seu campo, seu sangue, seu acalento,  
Sofre ação do tempo,  
Transforma, repousa,  
A espera da próxima primavera,  
E nova Floração.*

*Bacia do Apa – novembro de 2012*

Fonte:

Foto e texto: Áurea da Silva Garcia. Floração de Guavira (*Campomanesia spp*) ao fundo Morro Margarida Assentamento Santa Marina – Nery Volpato, Bela Vista/MS.

## APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico sobre Equidade de Gênero na Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa tem como objetivo elaborar um documento de lineamentos sobre equidade de gênero a ser incorporados no Plano de Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa. O Diagnóstico parte integrante do Projeto de Gestão Integrada da Bacia do Apa (GIAPA), co-financiado pela União Europeia, por vez tem o objetivo de melhorar a condição do ambiente e a qualidade de vida da população assentada na bacia hidrográfica do rio Apa dos departamentos de Amambay e Concepción, República do Paraguai e do estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil.

O Giapa propõe-se a implementação no marco do Plano de Gestão da Bacia, por meio da Comissão de Água e seu monitoramento, conjuntamente com as instâncias especializadas de organizações e instituições envolvidas na gestão de dita comissão.

Dentre os lineamentos propostos, o de Equidade de Gênero na Bacia do Apa, com a construção de uma proposta que inclua transversalmente as questões de gênero no Plano de Gestão para a Bacia do Apa.

O Diagnóstico foi realizado nos meses de agosto a novembro de 2012 nos municípios de: Antônio João, Bela Vista, Caracol, Ponta Porã e Porto Murtinho, envolvendo lideranças da área rural de comunidades indígenas, assentamentos, distritos, colônias; da área urbana; além de autoridades responsáveis pelas políticas públicas para mulheres e assistência social. Do lado paraguaio foi realizado um estudo de similares características na zona de intervenção do projeto.

## LISTA DE ABREVIATURA

ACODECOL	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão rural
APA	Área de Preservação Ambiental
ASEMA	ONG Asema Santa Clara – Bela Vista
BAP	Bacia do Alto Paraguai
CASA	Centro de Apoio Sócio Ambiental
CEDM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CIDEMA	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTGRHT	Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços
EA IUCN	<i>Ecosystem Alliance (EA) Wetlands Internacional (IUCN) e Both END</i>
EOA	Ecologia em Ação
EGP IUCN NL	<i>Ecosystem Grants Programme (EGP)</i> , do Comitê Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN NL)
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEASF	Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteira
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente ( <i>Global Environment Facility</i> )
GIAPA	Projeto de Gestão Integrada da Bacia do Apa
GWA	Aliança de Gênero e Água ( <i>Gender And Water Alliance</i> )
IBBIS-CO	Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MUPAN	Mulheres em Ação no Pantanal
NEM	Núcleo de Ecomunicadores dos Matos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PET	Politereftalato de etileno
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SED/MS	Secretaria Estadual de Educação
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização Bacia do Rio Apa .....	12
Figura 2: Rio Perdido, assoreamento e diminuição da água. ....	20
Figura 3: Queima do lixo doméstico .....	21
Figura 4: Churrasco no chão .....	24
Figura 5: Ninho ao lado da casa .....	24
Figura 6: Cerro Marãngatu, área antes utilizada para a agropecuária. ....	31
Figura 7: Acesso à água – Assentamento Bagagem.....	34
Figura 8: Cultivo de hortaliças - Assentamento Bagagem.....	34
Figura 9: Resfriadora de leite .....	37
Figura 10: Maquinário de panificação .....	37
Figura 11: Escola e Igreja do Distrito Cabeceira do Apa.....	40
Figura 12: Dispersão de resíduos.....	41
Figura 13: Casa dos Conselhos, Ponta Porã.....	48

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Público entrevistado nos cinco municípios .....	16
Gráfico 2: Faixa etária dos participantes.....	18
Gráfico 3: Meios de comunicação utilizados no dia-a-dia .....	23
Gráfico 4: Média da renda familiar.....	25
Gráfico 5: Titularidade do imóvel .....	26
Gráfico 6: Tomada de decisão .....	26
Gráfico 7: Aquisição de bens de consumo .....	27
Gráfico 8: Relação homens e mulheres – candidatos e eleitos no MS. ....	50

## LISTA DE TABELA

Tabela 1: Panorama das entrevistas .....	17
Tabela 2: Participação da mulher na administração pública.....	46
Tabela 3: Eleitores/as dos da Bacia do Apa, MS e o percentual feminino. ....	51
Tabela 4: Câmara Municipal 2012 - candidatas e eleitas nos municípios do Apa. ....	51
Tabela 5: Fortalezas e oportunidades, e fraquezas e ameaças .....	56

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURA .....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE TABELA.....</b>	<b>5</b>
<b>1 ANTECEDENTES .....</b>	<b>8</b>
<b>2 ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>12</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>16</b>
<b>4.1 CONTEXTO GERAL.....</b>	<b>18</b>
4.1.1 Pertencimento, Identidade e Participação.....	20
4.1.2 Gênero e Relação Familiar.....	24
4.1.3 Gênero e Relação Social .....	28
<b>4.2 ANTÔNIO JOÃO.....</b>	<b>29</b>
4.2.1 Aldeias Campestre e Cerro Marãngatu .....	29
4.2.2 Assentamentos Bagagem e Vera Nilda .....	32
<b>4.3 BELA VISTA .....</b>	<b>34</b>
4.3.1 Aldeia Pirakuá .....	35
4.3.2 Assentamentos Barra do Itá, Santa Marina e Caracol .....	36
<b>4.4 CARACOL .....</b>	<b>37</b>
4.4.1 Distrito Alto Caracol .....	38
<b>4.5 PONTA PORÃ .....</b>	<b>38</b>
4.5.1 Aldeia Kokue'i .....	39
4.5.2 Distrito Cabeceira do Apa.....	39
<b>4.6 PORTO MURTINHO .....</b>	<b>40</b>
4.6.1 Colônias Bocaiúva, Cachoeira do Apa e Ingazeira. ....	41
<b>4.7 LIDERANÇAS URBANAS.....</b>	<b>44</b>
<b>4.8 AUTORIDADES LOCAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>4.9 QUADRO POLÍTICO .....</b>	<b>49</b>
<b>5 DISCUSSÕES.....</b>	<b>53</b>
<b>5.1 FORTALEZAS E OPORTUNIDADES.....</b>	<b>54</b>
<b>5.2 FRAQUEZAS E AMEAÇAS .....</b>	<b>54</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

<b>EQUIPE RESPONSÁVEL .....</b>	<b>61</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>62</b>

## 1 ANTECEDENTES

No histórico da Gestão da Bacia Fronteiriça do Apa, limite geográfico entre Brasil e Paraguai, é possível listar inúmeras ações coordenadas por instituições governamentais e não governamentais desde a Declaração Conjunta de Buenos Aires (1967), o Tratado da Bacia do Prata (1969) promulgado pelo Decreto nº 67.084 (1970), o qual aprova o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Plata), aos dias atuais.

No artigo 1º do Tratado da Bacia do Prata destaca que os partícipes – Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai -, devem conjugar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável. Enfatizando no parágrafo único, “a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessários e que propendam” (MARINHA DO BRASIL, 2012).

Com a mobilização e discussão da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) iniciaram as negociações no âmbito do Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai<sup>1</sup>, foram executados 44 subprojetos nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com a participação de diversas organizações governamentais e não governamentais. Dentre os subprojetos, um específico, o de “Avaliação dos Recursos Hídricos da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa”, coordenado pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (Cidema).

A partir deste projeto e de outras iniciativas, o Cidema estabeleceu uma rede de contatos junto aos municípios, governos estadual e federal, e sociedade civil da

---

<sup>1</sup> Projeto Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacias Hidrográficas para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai - GEF Pantanal/Alto Paraguai, com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - Global Environment Facility (GEF) junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) coordenado em um primeiro momento pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), e posteriormente pela Agência Nacional de Águas (ANA).

bacia no lado brasileiro e no lado paraguaio, com visitas, reuniões e eventos técnicos, nos quais foram discutidos e esboçados alguns documentos base. Como resultados dessas articulações, a participação na Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), com a aprovação da Moção 14 (11/12/2002) específica sobre a Gestão da Bacia do Apa.

Com base na Moção 14 e de outros documentos, iniciou-se a negociação do “Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa – Acordo do Apa”, ratificado no Paraguai mediante a Lei Nacional nº 3.465 (de 21 de abril de 2008), e no Brasil, pelo Congresso com o Decreto nº 601, de (24 de setembro de 2009) e no Executivo o Decreto nº 7.170, (de 06 de maio de 2010).

Além do projeto específico sobre a Avaliação do Apa, o Cidema desenvolveu o Coletivo Educador<sup>2</sup>, bem como outras instituições atuam na região com pesquisas e publicações, formação, mobilização e organização de grupos em prol da gestão da bacia, tais como Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), as ONGs Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), Vida Pantaneira, Ecoa – Ecologia em Ação, Núcleo do Ecomunicadores dos Matos (NEM), Rede Pantanal, Rede Aguapé de Educação Ambiental para o Pantanal, dentre outras.

Neste sentido a Educação Ambiental tem sido uma das estratégias para manter e fortalecer a animação e a mobilização na bacia como um processo permanente, por meio de pesquisas, formações e organização de grupos.

Específico sobre a Bacia do Apa foi produzidos materiais paradidáticos – livro, cd e revistas, no âmbito do projeto Pé na Água<sup>3</sup>, coordenado pela UFMS, elaborados coletivamente por pesquisadores, educadores da rede municipal e estadual de ensino e lideranças dos municípios. A Mupan, a Rede Aguapé e o NEM, com o apoio do Centro

---

<sup>2</sup> Projeto de Formação de Educadores Ambientais para a Sustentabilidade das Bacias dos Rios Miranda e Apa, Edital FNMA/DEA/MMA (2005/2009)

<sup>3</sup> Projeto “Água e Cidadania na Bacia do Apa – uma abordagem sistêmica e transfronteiriça na década brasileira da água”, Edital CT-Hidro/MCT/CNPq nº 15/2005 - Popularização da Ciência: Olhando para a Água.

de Apoio Sócio Ambiental (CASA)<sup>4</sup> e Comitê Holandês (EGP IUCN NL)<sup>5</sup>, realizaram ações diretas nos 12 municípios (Brasil e Paraguai) com oficinas de Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico e Educomunicação; produziu, reproduziu e distribuiu materiais de apoio do projeto Pé na Água (CDs, revistas e cartilha). Dessas intervenções resultaram a organização do Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteira<sup>6</sup> e o fortalecimento do Consejo de Agua de la Cuenca Hidrográfica del Río Apa<sup>7</sup>, do lado paraguaio.

Dado às articulações têm-se mantido um processo permanente de mobilização na bacia do Apa atendendo as diretrizes do Acordo do Apa, nas quais instituições amimando o processo para a gestão da bacia.

Outra iniciativa, o projeto “Gestão Integrada da Bacia do Apa (GIAPA)”, com recursos da União Europeia, coordenado pela Prefeitura de Ponta Porã, no lado brasileiro, e do Departamento de Amambai e a ONG Paz y Desarrollo, do lado paraguaio, possibilitou a atualização, ampliação e sistematização de informações sobre a Bacia, bem como intervenções diretas (implantação de viveiros e base de pesquisa, plano de saneamento, adequação de instrumentos de gestão, organização do Grupo Pró-Apa, etc.). Foram realizados diagnósticos sobre biodiversidade, recursos hídricos, recursos florestais, solos, sócio economia e sócio antropologia, além de um marco local, os quais demandaram uma equipe multidisciplinar dos dois países.

Na proposta inicial, a questão de gênero deveria permear todos os diagnósticos, entretanto, dado as dificuldades de contemplar a transversalidade optou-se em realizar o diagnóstico específico quanto a Equidade de Gênero na Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa.

No diagnóstico sócio antropológico, no âmbito do Giapa, destaca que a inserção da questão de gênero no processo de gerenciamento hídrico é efêmera, e ainda que, as mulheres são minoria em funções gerenciais e de tomada de decisão,

---

<sup>4</sup> Projeto “Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos”, Edital CASA/2007.

<sup>5</sup> Projeto “Fortalecimento das Políticas de Educação Ambiental para o Pantanal: o caso da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa”, Edital *Ecosystem Grants Programme (EGP) IUCN NL* (2008/2010).

<sup>6</sup> Projeto “Rio Apa – Unindo dois Povos”, com apoio do Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA), como patrocinador fiscal a ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan) (2010/2011).

<sup>7</sup> Projeto “Fortalecimento do Conselho de Águas do Apa para a Gestão Compartilhada”, com apoio do Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA), tendo como patrocinador fiscal o Núcleo de Ecomunicadores dos Matos (NEM) (2010/2011).

porém, são maioria no desenvolvimento das atividades relacionadas à educação (GIAPA, 2011, p. 155). O que corrobora com resultados de uma pesquisa realizada na Bacia do Alto Paraguai (BAP) sobre participação e gênero nos espaços de gerenciamento de recursos hídricos, na qual apontou que em 2008 a titularidade nos espaços de deliberação e decisão perfazia 14% de mulheres, e nas atividades de base, principalmente de educação e de mobilização o percentual passava para 54% (GARCIA, 2008).

Assim, as contribuições do diagnóstico “Equidade de Gênero na Gestão Integrada da Bacia do Apa” serão incorporadas no Plano de Gestão da Bacia do Apa considerando a diversidade social, cultural, ambiental, política e econômica.

## 2 ÁREA DE ESTUDO

A Bacia Transfronteiriça do Rio Apa está localizada na Bacia do Prata, especificamente, no extremo sul da Bacia do Alto Paraguai (BAP) na parte sudoeste do Mato Grosso do Sul e em parte do Paraguai, compreendendo uma área física de 15.617,53 km<sup>2</sup>, a maior parte da extensão da bacia encontra-se no Brasil, que constitui 12.181,31 km<sup>2</sup>, já na parte do Paraguai são 3.436,22 km<sup>2</sup> (PEREIRA, et al., 2003).

Os municípios que integram a bacia no Mato Grosso do Sul são: Antônio João, Bela Vista, Bonito, Caracol, Jardim, Ponta Porã e Porto Murtinho, e na parte do Paraguai os municípios que a integram são: áreas dos Departamentos de Concepción e Amambay, contemplando os municípios de Bella Vista Norte, Concepción, San Carlos del Apa, San Lazaro e Pedro Juan Caballero (MUPAN, 2010), conforme figura 1.



Figura 1: Localização Bacia do Rio Apa  
Fonte: Pé na Água, 2003

Os municípios de Bonito e Jardim não foram contemplados nas visitas e entrevistas realizadas durante o diagnóstico, pois não têm assentamentos humano na área de abrangência da bacia do Apa. Para esses municípios somente os aspectos políticos serão considerados no presente diagnóstico, dado que, mesmo sem assentamentos humanos, as decisões políticas influenciam na gestão da bacia.

### 3 METODOLOGIA

Atendendo ao termo de referência o Plano de Gestão Integrada da Bacia do Apa no diagnóstico de “Equidade de Gênero” na gestão integrada da Bacia do Rio Apa foram levantadas informações sobre a percepção das mulheres de comunidades indígenas e assentamentos da bacia, relacionada com os usos, dificuldades e necessidades dos recursos naturais, assim como propostas (partindo das próprias mulheres) de abordagem e solução das dificuldades e necessidades identificadas. Bem como, informações sobre políticas e ações de instituições públicas locais para estes assentamentos, distritos e comunidades indígenas, com ênfase naquelas dirigidas às mulheres.

No Documento Proposta, com Plano de Ação, a ser incorporado no Plano de Gestão da Bacia do Apa, explicita lineamentos sobre Equidade de Gênero, para a promoção da gestão equitativa da bacia, compreendendo a sensibilização e promoção de critérios ambientais e de equidade de gênero; o desenvolvimento de capacidades das mulheres e instâncias especializadas dos governos locais; a incorporação de solicitações específicas das mulheres e mecanismos de ação afirmativa para a equidade na gestão.

Desta forma, o Documento Proposta orientará a inserção no Projeto Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa de estratégias de Gênero nos departamentos e/ou secretarias responsáveis por políticas para mulher dos governos locais, estadual e federal, a partir da releitura do projeto (Giapa) focalizando oportunidades e ameaças da atual formulação e determinar dentro do Plano de Ação do projeto os passos a serem dados em futuras etapas de intervenção.

A definição do público-alvo deu-se a partir das orientações do Termo de Referência e indicações da equipe do Giapa, bem como contatos com lideranças locais e administração municipal, para a identificação lideranças (mulheres e homens) na área urbana e rural. Assim em Antônio João, os Assentamentos Vera Nilda e Bagagem, e as Aldeias Campestre e Cerro Marãngatu; em Bela Vista, os Assentamentos Caracol, Barra do Itá e Santa Mariana - Nery Volpato, e Aldeia Pirakuá; em Caracol, o Distrito

Alto Caracol; em Ponta Porã, o Distrito Cabeceira do Apa e Aldeia Kokue'i; em Porto Murtinho, as Colônias Cachoeira do Apa, Ingazeira e Bocaiúva.

Os municípios de Bonito e Jardim também possuem território na Bacia do Apa, entretanto sem assentamento humano.

Para a coleta de dados optou-se pela entrevista, com a elaboração de instrumentos de coleta, com perguntas semiestruturadas, além de gravações para posterior análise. Foram três diferentes roteiros direcionados para as comunidades indígenas; assentados e lideranças urbanas; e o terceiro para as autoridades responsáveis pelas políticas públicas para as mulheres. Os roteiros foram estruturados em três categorias – água, gênero e participação, para transversalmente levantar informações sobre:

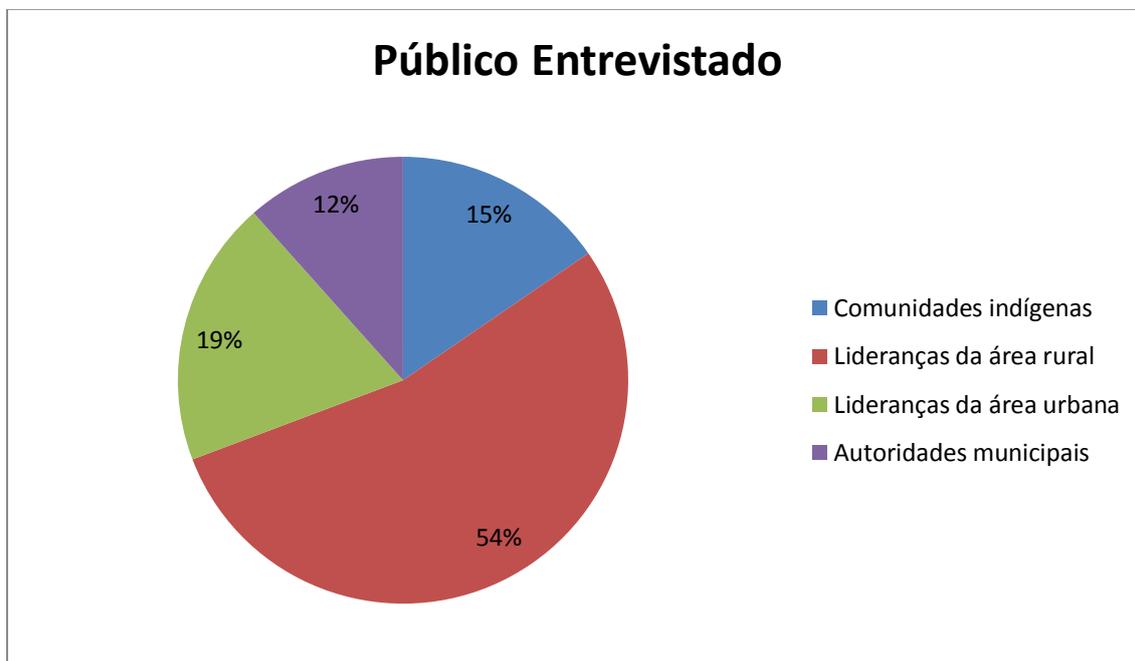
- ✓ Pertencimento, identidade e participação;
- ✓ Gênero e relação familiar;
- ✓ Gênero e relação social.

Nos roteiros para as autoridades contemplaram as questões institucionais, tais como participação da mulher na administração municipal, programas sociais e políticas de prevenção e enfrentamento.

#### 4 RESULTADOS

Para a coleta de dados foram realizadas cinco saídas a campo, durante as quais aplicou-se 49 instrumentos de coleta (roteiro para entrevista) e três gravações para posteriores registros, nos cinco municípios: Antônio João, Bela Vista, Caracol, Ponta Porã e Porto Murtinho. O roteiro foi elaborado para lideranças do sexo feminino das comunidades indígenas, assentadas e da área urbana, além de autoridades responsáveis pelas políticas para mulheres nesses municípios. Entretanto, dado a dinâmica de identificação das lideranças e aplicação, participaram das entrevistas mulheres, homens e casais.

Foram realizadas oito entrevistas nas comunidades indígenas; 28 entrevistas com lideranças da área rural – assentamentos, distritos e colônias; dez entrevistas com lideranças da área urbana; e, seis com autoridades locais responsáveis pelas políticas para mulheres, conforme Gráfico 1.



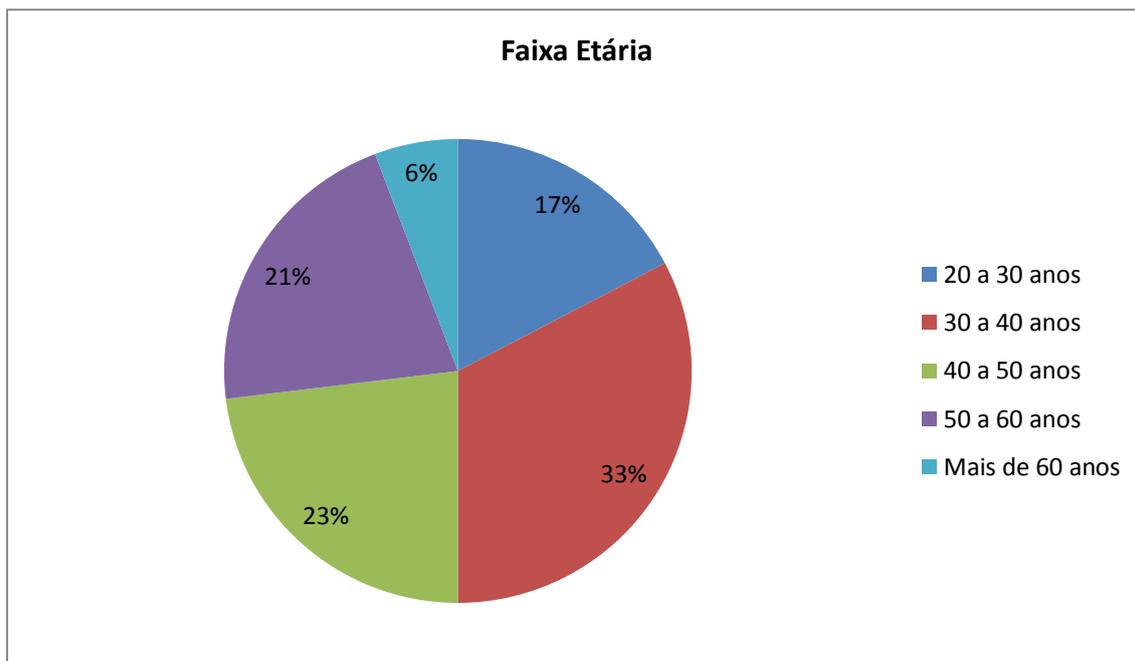
**Gráfico 1: Público entrevistado nos cinco municípios**

Das 52 entrevistas realizadas, três não foi utilizado o roteiro de entrevista – somente gravação em vídeo e posteriores anotações. Envolvendo assim, 35 mulheres, oito homens e nove casais, totalizando 61 pessoas envolvidas diretamente. Conforme panorama abaixo (Tabela 1):

**Tabela 1: Panorama das entrevistas**

Municípios	Localização	Entrevistadas(os)		
		Feminino	Masculino	Casal
Antonio João	Autoridade municipal	1		
	Assentamentos Vera Nilda	3		1
	Assentamentos Bagagem	1	1	2
	Aldeias Campestre e Cerro Marãngatu	1	2	
Bela Vista	Autoridade municipal	1		
	Lideranças urbanas	5	1	
	Assentamento Caracol			3
	Assentamento Barra do Itá	1	1	
	Assentamento Santa Mariana - Nery Volpato	4		
	Aldeia Pirakuá	3		
Caracol	Autoridade municipal	1		
	Lideranças urbanas	1	1	
	Distrito Alto Caracol	2		
Ponta Porã	Autoridade municipal	1		
	Lideranças urbanas	1		
	Distrito Cabeceira do Apa	2	1	
	Aldeia Kokue'i			2
Porto Murtinho	Autoridade municipal	1		1
	Lideranças urbanas	1		
	Colônia Cachoeira do Apa	3	1	
	Colônia Ingazeira	1		
	Colônia Bocaiúva	1		
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>8</b>	<b>9</b>

Quanto a faixa etária dos entrevistados, 50% de 20 a 40 anos, os 50% com mais de 40 anos, conforme gráfico 2.



**Gráfico 2: Faixa etária dos participantes**

Em relação a quantidade de filhos e moradores por residência, 32 entrevistados citaram ter até três filhos; cinco entrevistados têm quatro filhos; três têm sete filhos; uma pessoa respondeu que teve oito; uma pessoa respondeu que teve 13 filhos; e 10 não responderam. A média de 3,5 moradores por residência considerando todas as entrevistas, entretanto ao analisar somente as comunidades indígenas a média de moradores por residência é 7,5.

Quanto a escolaridade 22 entrevistados(as) com ensino superior; nove com ensino médio; 15 cursaram o ensino fundamental (1º ao 9º); uma pessoa respondeu que nunca estudou; e três não responderam.

#### **4.1 Contexto Geral**

Em um primeiro momento será apresentado os resultados dos questionamentos comuns (4.1) quanto ao pertencimento, identidade e participação; gênero e a relação familiar e gênero e relações sociais. Seguido foram sistematizadas das percepções agrupadas por municípios (4.2 a 4.6) contemplando as comunidades indígenas, assentamentos, distritos e colônias; (4.7) lideranças urbanas; (4.8) responsáveis pelas políticas para mulheres; e, (4.9) panorama político – municipal, estadual e federal.

Os municípios da Bacia do Apa constituem-se significativamente população rural, distribuídas em assentamentos, distritos, colônias e aldeias.

Segundo o Diagnóstico Sócio Ambiental da Bacia do Rio Apa (2011) a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aponta para a presença de aproximadamente de 24.760 famílias acampadas em 140 ocupações ocorridas de 2000 a 2005 (GIAPA, 2011). No Estado de Mato Grosso do Sul, segundo Helfenstein (2010) são 230 assentamentos instalados, dentre os subsidiados pelo INCRA, como os financiados pelo Banco da Terra e Crédito Fundiário.

Atualmente muito se ouve falar das questões indígenas, nos meios de comunicação, principalmente ligado a questão de demarcação de terras, entretanto as questões indígenas vão muito além, as aldeias são estruturas equiparadas a cidades, onde existe uma lei a ser seguida, e um líder que estabelece a organização destas, em que existe o respeito às tradições estabelecidas pelos antepassados. A violência dentro das aldeias, perda de autoridade das lideranças, associada ao uso de drogas e álcool, é um dos problemas a serem superados, como destaca GIAPA (2011): o consumo de álcool e maconha, que afetaria por ordem decrescente as comunidades de Campestre, Ñande Ru Marãngatu, Pirakuá e Kokue'i. Tal situação faz com a liderança perde autoridade quando adicta ao álcool e à droga, e há casos sucessivos de suicídio, no passado recente (GIAPA, 2011).

Os conflitos no estado de Mato Grosso do Sul tem se acirrado dos últimos anos, como exemplo, o Cerro Marãngatu – *Ñande Ru Marãngatu*, já homologada, entretanto suspensa com uma liminar, o que tem cerceado a comunidade.

Verifica-se que grande parte dos problemas enfrentados pelos indígenas é devido à ignorância e preconceito por parte da sociedade, em que a visão capitalista sobre o uso da terra prevalece e cria a visão que estas não estão sendo aproveitadas, surgindo à expressão, conforme destaca Souza e Vlach (2008): “muita terra para pouco índio”. Essa visão tem sido frequentemente divulgada pela grande imprensa (SOUZA e VLACH, 2008).

Ao longo do tempo, desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910 (Decreto nº 8.072), as comunidades estão cada vez mais cerceadas, já que influenciando na cultura e convívio social – nas reservas, diferentes aldeias, com a figura do “capitão” como líder máximo em cada reserva, atribuindo-lhe o papel de

interlocutor exclusivo entre o Estado e a comunidade indígena (SIQUEIRA e BRAND, 2004).

#### 4.1.1 Pertencimento, Identidade e Participação

Foram elaboradas questões para levantar o pertencimento e Identidade em relação à Bacia do Apa, a partir da percepção ambiental quanto aos recursos naturais, principalmente água e resíduos sólidos.

Quanto à naturalidade e tempo de moradia, 25 entrevistados declararam ser natural da Bacia do Apa, 12 dos municípios da região sul e sudoeste de Mato Grosso do Sul e seis de fora do estado (São Paulo, Paraná e Bahia). Mesmo os de fora do estado, com mais de dez anos, se declararam totalmente integrados na região do Apa.

As palavras “tudo e vida” foram as respostas mais frequente quando perguntados “o que significa água”, além de: vital, essencial, água para beber, fundamental, tudo na vida que sem água não se vive, fonte de todas as riquezas, entre outras utilizadas para descrever a água.



Figura 2: Rio Perdido, assoreamento e diminuição da água.

Sobre as lembranças de infância em relação à água, a maioria citou boas: felicidade, banho de rio, contato com a natureza - mata ciliar, abundância, antes tinha mais água. Buscar água para beber de longas distâncias e lavar roupa no rio foram citadas como boas lembranças, para alguns (família, contato com a natureza), outras como ruim: sacrificante, água sujas que comprometiam a saúde e a qualidade de vida.

Quando questionados sobre enchentes ou secas, a grande maioria atribui ao ser humano como consequência das queimadas, falta à mata ciliar, má distribuição, planejamento, fatores climáticos, prolongadas estiagens, obra divina, etc.; entretanto, foi possível observar que os entrevistados que tiveram contatos ou moram na planície compreendem os pulsos, como necessário para a renovação da vida no Pantanal.

A relação qualidade e quantidade – passado e presente, para os indígenas e assentados que sempre moraram na área rural no passado, como mais limpa, saudável, natural e em quantidade; e que hoje, a água diminuiu bastante, está contaminada, falta mata ciliar.

Nas localidades onde têm água encanada mencionam a diminuição dos riscos à saúde, mas existe a preocupação com a quantidade – pouca para atender a população.

Predominantemente na área urbana, no passado como ruim, sem tratamento, relacionam o abastecimento como melhora na qualidade da água, entretanto citam o assoreamento e a contaminação dos cursos d'água como diminuição da quantidade e qualidade.

Relacionaram vários problemas de saúde ocasionada pelas águas poluídas a grande maioria conhece citando: diarreias, vômitos, dor de cabeça, desnutrição, cólera, infecções, problema na vesícula, entre outros.

Foi verificada que nas comunidades rurais a queima do lixo (figura 4) é prática comum entre as comunidades, evitando assim a dispersão e também que o “gado coma” principalmente plásticos.



**Figura 3: Queima do lixo doméstico**

As latas de alumínio normalmente são doadas para pessoas da comunidade que as comercializam, em menor quantidade as garrafas PET. Os restos de alimentos são usados para alimentação de animais domésticos e adubação de hortas e jardins. Entretanto não foi identificada nenhuma iniciativa de produção de adubo orgânico.

Todas as áreas urbanas são atendidas pela coleta (caminhões e tratores), mas mencionam que nas cidades a coleta seletiva é praticamente inexistente, que somente são recolhidos pelos catadores de rua o alumínio e garrafas PET (Politereftalato de etileno).

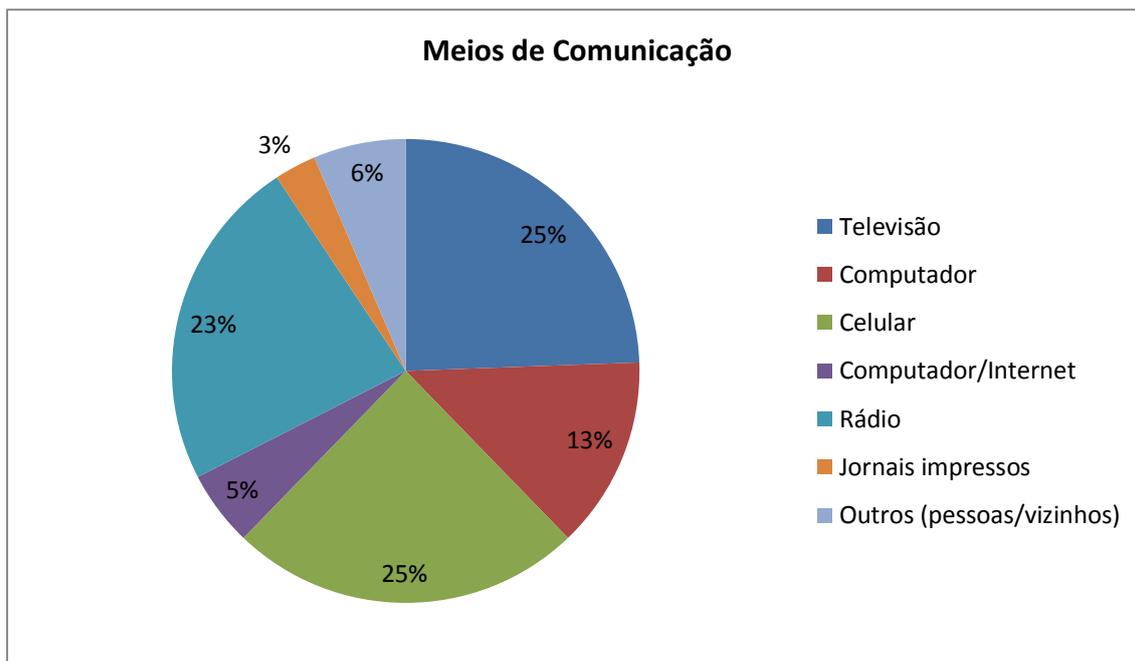
Quanto às ações para a Gestão da Bacia do Apa, 22 pessoas responderam positivamente, citando projetos e eventos: Pé na Água, Giapa, Mupan, Consórcio Binacional, Parque Municipal, Cidema, além de ações pontuais, como reflorestamento e limpeza do rio.

Especificamente sobre as ações do Projeto Giapa, somente as pessoas diretamente envolvidas na área de meio ambiente dos municípios ou que participaram das oficinas e palestras mencionaram conhecer o Projeto.

Para elaborar o panorama das formas e espaços de participação em organização ou coletivos foram citados os conselhos (22) de diversas áreas; coletivos religiosos (16); associação de local e de produtores (15); organizações não governamentais (12) projeto sociais (5); e empresas (4).

As escolas foi o espaço mais citado, pelas lideranças urbanas e rurais, como locais que utilizam para eventos, seguido das associações locais e igrejas. Nas sedes dos municípios são diversos espaços, normalmente administrado governo municipal.

Sobre os meios de comunicação presente no dia-a-dia para acessarem informações a televisão e o celular são os mais utilizados, sendo citados 42 vezes cada um. Seguido pelo rádio (40) computador com internet (23); telefone fixo ou orelhão (11); computador (9); e jornais e revistas (5), conforme Gráfico 2:



**Gráfico 3: Meios de comunicação utilizados no dia-a-dia**

Em todas as aldeias existe sistema de rádio amador, entretanto em todas as comunidades rurais (aldeias, assentamentos e distritos) têm acesso a telefonia fixa ou móvel, mesmo que via rádio.

A partir das respostas sobre os meios de comunicação (Gráfico 3) e como acessam as informações no dia a dia, superando os itens jornais impressos e computador com internet, como outros, ou seja pessoas/vizinhos.

Independente da diversidade cultural, na região do Apa perpassa a fronteira administrativa, independente da língua, credo religioso, preferência sexual ou político, sendo o tema Rio Apa, motivadores de ações com a participação e fomento de indivíduos, grupos organizados.

Nas comunidades rurais, a comemorações do dia das crianças é um motivo para reunir os vizinhos e fortalecer os vínculos, com música, churrasco (figura 6), tereré e muita animação, a poucos metros da desembocadura do Rio Piripuru no Rio Apa. Dos quintais, ou seja, os terreiros de chão batido, ainda é possíveis conviver e apreciar a exuberância da biodiversidade (figura 7). Entretanto, o acesso a água ainda é limitado para algumas famílias, comprometendo o sonho de usufruir e produzir no seu pedaço de terra.



**Figura 4: Churrasco no chão**



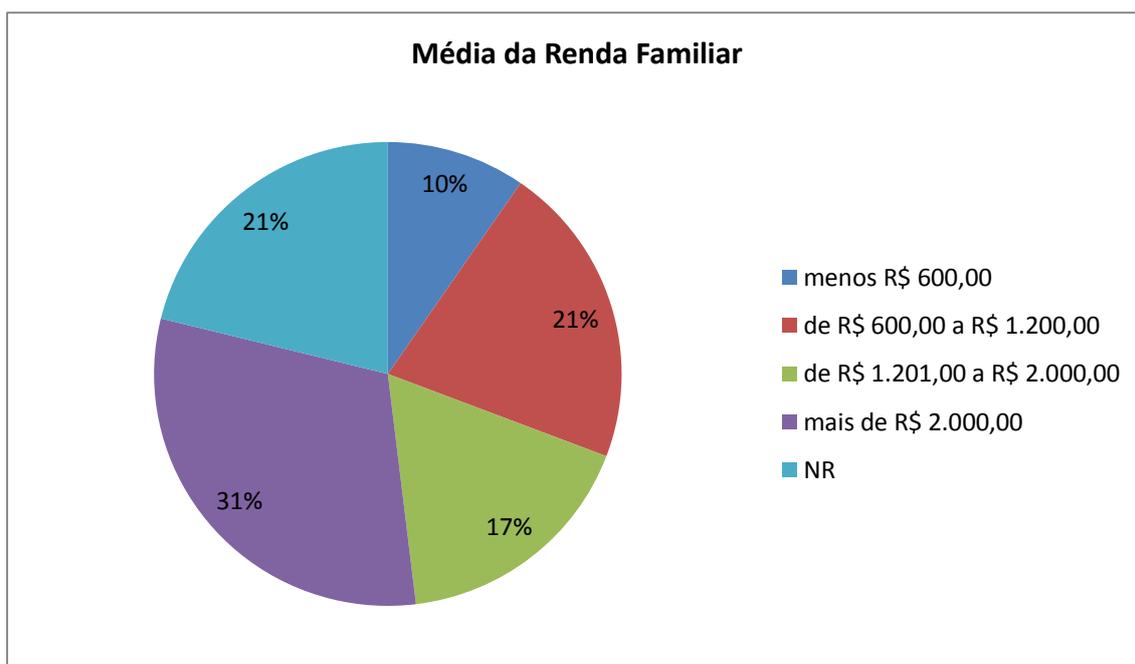
**Figura 5: Ninho ao lado da casa**

Na área rural, a princípio as relações sociais, inclusive com os vizinhos são harmônicas, com alguns aspectos que se perderam nos centros urbanos o sentir os pés na terra, na grama, na água, os cheiros, os barulhos são outros – o contato com a natureza.

#### **4.1.2 Gênero e Relação Familiar**

Avaliando sobre a renda familiar quando questionados a principal fonte de renda da família, no universo das 52 entrevistas, mantem-se equilibrado.

Quanto à renda familiar dos entrevistados (Gráfico 3), os que se mantêm somente com benefícios sociais recebem menos de R\$ 600,00, desses, quatro são moradores em assentamentos de Bela Vista e Antonio João, e um da aldeia de Ponta Porã. Os entrevistados com renda familiar acima de R\$ 2.000,00 citaram que os membros da família são funcionários públicos, aposentados, empresários e pequenos produtores.



**Gráfico 4: Média da renda familiar**

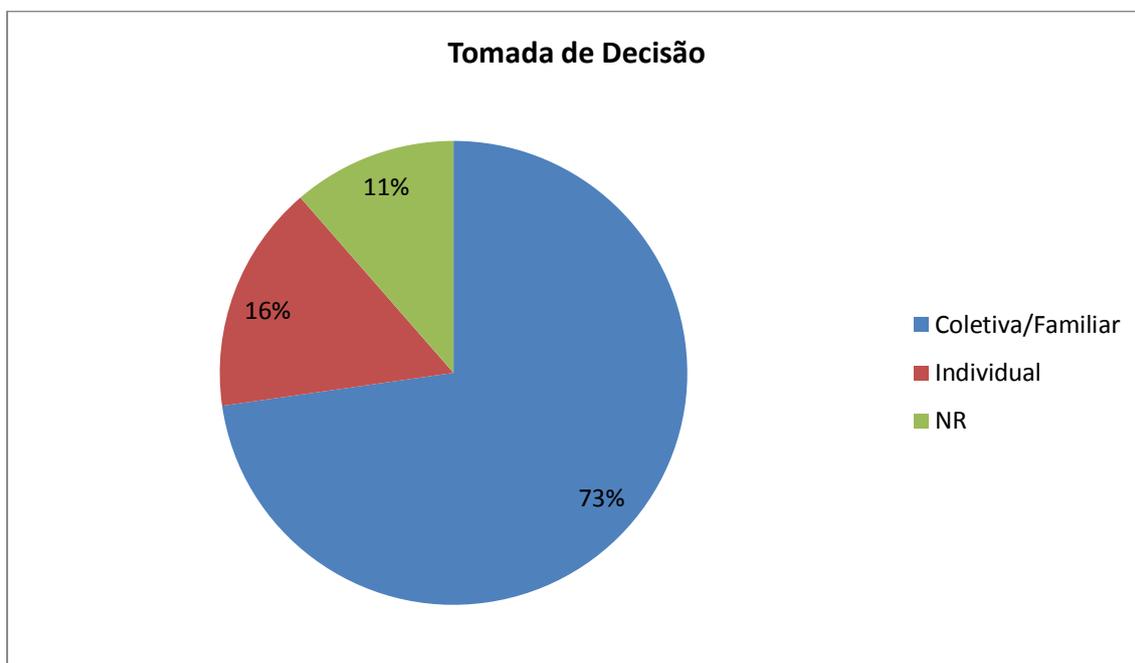
Na comunidade indígena, dos seis que responderam a pergunta, somente um está abaixo de R\$ 600,00; e, uma família com rendimento acima de R\$ 2.000,00.

Em relação à titularidade do imóvel (Gráfico 4), ou seja, no nome de quem está a propriedade que a família mora, nos assentamentos e área urbana, observa-se que 16 pertencem ao marido e 15 pertence às mulheres, sete são de terceiros (alugada, arrendada ou empréstimo) e cinco não responderam. As entrevistas realizadas junto às comunidades indígenas não são consideradas na análise da quanto à titularidade, já que envolve outro contexto – demarcada ou em litígio.

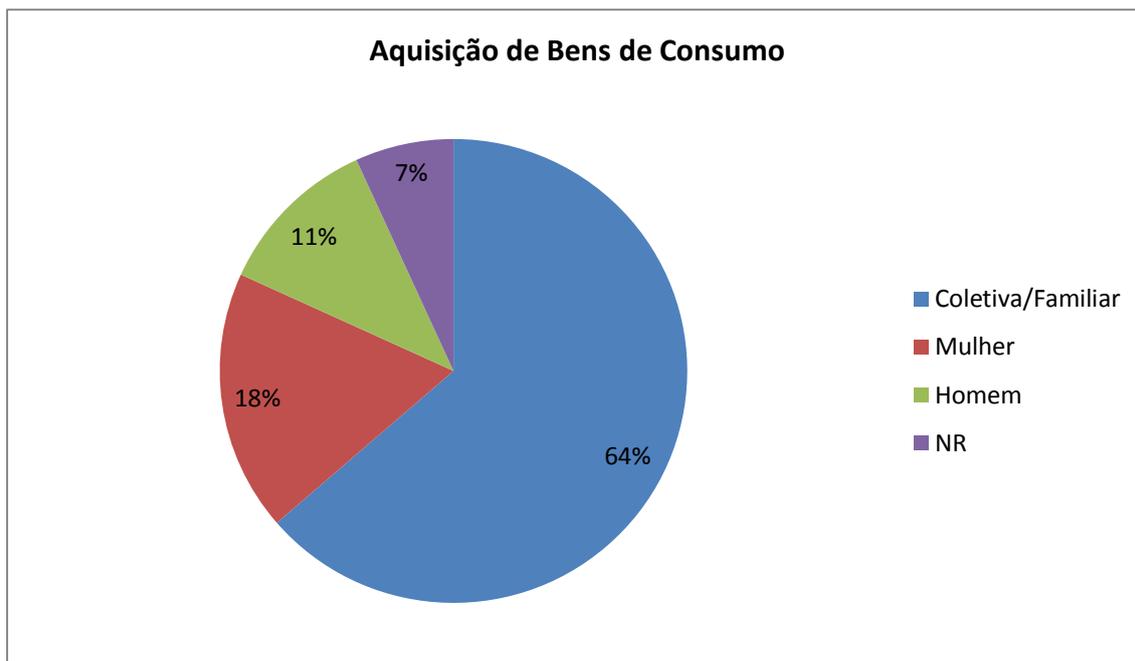


**Gráfico 5: Titularidade do imóvel**

Buscando identificar como se dá o processo de decisão na família, 32 entrevistados responderam que a tomada de decisão é familiar/coletiva; sete mencionaram que a decisão é pessoal/individual, ou seja, somente a mulher ou o marido toma a decisão; cinco não responderam, conforme Gráfico 5:

**Gráfico 6: Tomada de decisão**

Para confrontar a pergunta sobre o processo de decisão, elaborou-se a pergunta sobre a aquisição de bens de consumo (Gráfico 6), como por exemplo, a geladeira, televisão, 26 mencionaram familiar/coletiva; seis mencionaram o marido; oito mencionaram a mulher; e quatro não responderam.



**Gráfico 7: Aquisição de bens de consumo**

A partir dessas respostas é possível observar que não mantem padrão, diminuindo a decisão coletiva na compra de bens de consumo, ampliando de sete tomada de decisão para 14 a decisão individual. E ainda, sobre a aquisição de bens, foi possível observar respostas diferentes em um primeiro momento entre o casal, somente depois mencionavam a decisão familiar/coletiva.

Sobre os afazeres domésticos, 20 mencionaram que são compartilhados, principalmente por áreas de afinidade, tanto pelo marido como pela mulher, em alguns casos com a participação dos filhos; os demais responderam não ou se calaram.

Quando questionados de quem é a responsabilidade de prover alimentos para a família, 27 mencionaram que o papel é da mulher e do marido (ambos), nove que essa responsabilidade é do marido, uma pessoa que é responsabilidade, e um não respondeu. Os cuidados com a saúde e educação a situação se inverte, sendo atribuída a responsabilidade a mulher (12), ao marido (1), a ambos (25), ao governo (3) e não responderam (3).

Da mesma forma que as questões sobre decisão, as questões sobre alimentos, educação e saúde foram propostas exatamente para confrontar as respostas com destaque para os casais, na maioria atribuíram para o homem a provisão de alimentos e para a mulher os cuidados com a educação e saúde da família.

A partir da análise dos questionamentos quanto a Gênero e Relação Familiar é possível observar que ainda mantém-se a cultura machista e sexista, com a visão que a mulher é responsável pela casa e cuidados com saúde e educação; que apesar do discurso de tomada de decisão em alguns casais a realidade difere nos diferentes grupos sociais.

#### **4.1.3 Gênero e Relação Social**

Para levantar a conhecimentos quanto a gênero e relações sociais junto às lideranças da área rural (assentamentos, distritos e colônias) e urbana, foram elaboradas perguntas sobre a equidade de gênero, aqui sistematizada a partir das respostas de 37 entrevistas, para os quais se utilizou o roteiro.

Uma das perguntas elaboradas para a identificação de lideranças: “cite três nomes de lideranças da comunidade”, a questão objetivou identificar as “lideranças femininas” sem interferência, de forma que os entrevistados citaram aleatoriamente os nomes, desses 65 nomes masculinos (65) contra 60 femininos.

Foi possível observar que as pessoas que tinham clareza do significado de gênero já citavam nomes de mulheres. Os demais não identificaram nomes femininos. Na sequência a pergunta era direta “indique três mulheres que você considera liderança”. Nas comunidades indígenas citaram dez nomes masculinos, identificando primeiramente o capitão, e seis femininos.

Quando questionado sobre se já ouviram falar em gênero ou equidade gênero 22 responderam não e 15 responderam sim. Dos que responderam sim, nove obtiveram as informações em escola ou faculdade, quatro na mídia (televisão, computador, rádio), e dois em palestras e movimentos sociais. Neste grupo analisado foram excluídas as pessoas responsáveis pelas políticas para mulheres – autoridades municipais, considerando que as mesmas já desenvolvem e atuam com as questões de gênero.

Na sequência foi solicitado que falassem o significado de gênero ou equidade gênero, dos 15 que anteriormente responderam sim, nove, ou seja, 24% mencionaram a relação social de mulheres e homem e igualdade entre direitos feminino e masculino.

Os demais (6) associaram a qualidade, estilo musical, adjetivo, etc. Vale ressaltar que ao final das entrevistas foi esclarecido o significado quanto à equidade de gênero.

## **4.2 Antônio João**

No registro histórico, o povoamento da atual cidade de Antonio João data do ano de 1936, com a chegada Eugênio Tenzo na região, com o intuito de tomar posse de uma gleba de terras denominada Cabeceira do Bugre, que requerera do governo do Estado. Sendo elevada a distrito em 1948 e a município em 1964 (IBGE, 2012).

O município possui uma área de 1.145 km<sup>2</sup>, com população de 8.269 de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2011). No seu território abrange os assentamentos Vera Nilda e Bagagem e as aldeias Campestre e Cerro Marãngatu (CNM, 2012).

### **4.2.1 Aldeias Campestre e Cerro Marãngatu**

A comunidade indígena das aldeias Campestre e Cerro Marãngatu localizada no município de Antonio João reivindicaram mais de 9.300 ha, demarcada e homologada em 2005, entretanto ainda não entregue. A área reconhecida é de 11 ha onde está instalado o núcleo urbano da Aldeia Campestre, que surgiu na década de 1940, no recém-criado loteamento do Distrito de Campestre para atender a população desalojada de Ñande Ru Marãngatu, onde residem 700 pessoas (GIAPA, 2011). Dessas residências, 30 são de alvenaria entregues por programas sociais recentemente pelo governo.

Segundo o diagnóstico Sócio Antropológico do GIAPA, na Aldeia Ñande Ru Marãngatu residem 900 pessoas, distribuídas em 250 famílias numa área de 127 ha. Esta comunidade reivindica uma área de 9.317 ha, demarcada em outubro de 2004, homologada em março de 2005 e seguido foi homologação cassada liminarmente (GIAPA, 2011), ainda segue em conflito.

Durante dois dias foram realizadas visitas nessas comunidades, sendo três entrevistados, uma mulher e dois homens. Durante a identificação das lideranças foram contatadas duas mulheres, entretanto só foi possível realizar entrevista com uma delas no núcleo urbano da Campestre.

Com os dois entrevistados foram identificados resistência e descrédito quanto processos externos – governamental e não governamental, considerado por um dos entrevistados que esses processos privilegiam o núcleo urbano em detrimento da área em litígio (Cerro Marãngatu). Foi possível identificar conflito interno quanto à representatividade de um mesmo líder para as duas aldeias, já que a área do Cerro Marãngatu continua em litígio, impossibilitando o recebimento de benefícios.

Toda a infraestrutura existente (abastecimento, habitação, saúde e educação) está concentrada no núcleo urbano. Desta forma, segundo relato do líder, estão utilizando o nome do “Ñande Ru Marãngatu” para a obtenção de benefícios, entretanto estes são recebidos pela Campestre.

O abastecimento de água potável nas aldeias Campestre e Cerro Marãngatu é atendido por dois poços artesianos, sendo insuficiente para atender a população residente necessitando de pelo menos outros dois. Uma das principais dificuldades é o acesso à água, principalmente na área do Cerro Marãngatu, homologada em 2005 e cassada posteriormente.

Os entrevistados relataram que por duas ocasiões iniciaram a instalação de equipamentos e maquinários para a perfuração de poços, entretanto, foram interrompidas por liminares impetradas pelos fazendeiros. Assim, a água que abastece a comunidade do Cerro Marãngatu é encanada a partir dos poços existentes na Campestre, não chegando às moradias das partes mais altas. Essas moradias da parte alta ainda são penalizadas quanto ao acesso de recursos naturais, já que são área antes utilizada pela agropecuária.



**Figura 6: Cerro Marãngatu, área antes utilizada para a agropecuária.**

Da infraestrutura existente na Aldeia Campestre: o posto de saúde, escola, rede de abastecimento de água e energia elétrica, sinal de telefonia móvel e radioamador. No núcleo urbano foi contemplado com 30 casas de alvenaria, entretanto é possível identificar a comercialização dessas casas entre os moradores.

Na Campestre os espaços disponíveis para a atividades coletivas foram listadas quatro igrejas evangélicas; a escola, que possui um galpão; e o posto de saúde. Na área do Cerro Marãngatu o espaço utilizado pela comunidade é um barracão junto à casa do capitão.

A Escola atende cerca de 400 estudantes do ensino infantil ao 9º ano, e 150 no Ensino de Jovens e Adultos (EJA). A estrutura disponível são cinco espaços (direção, secretaria, sala de convivência, cozinha, depósito) e sete salas de aula. A escola já conta com 12 professores da própria comunidade, seis com graduação, entretanto, continua sendo dirigida por uma pessoa não indígena. Os estudantes do ensino médio são atendidos em escolas na sede do município.

A escola participa do ProJovem – Saberes da Terra, que incentivou o implantação de hortas, entretanto na ocasião da visita a horta estava desativada.

Na área da educação, a participação no projeto de formação de professores indígenas “Ára Verá”, coordenado pela Secretaria Estadual de Educação (SED/MS) contemplou vários educadores da comunidade. Atualmente, seis indígenas estão participando do curso de Licenciatura Indígena – “Teko Arandu”, oferecido pela

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), baseado na pedagogia da alternância<sup>8</sup>.

Quanto à cultura, as informações não foram precisas, entretanto, está sendo realizado o resgate e sistematização no âmbito de pesquisas no curso de Licenciatura Indígena, mencionando um ancião como fonte oral.

A economia está diretamente ligada aos funcionários da escola e posto de saúde e benefícios sociais, como pensões, aposentadorias, bolsas família, bolsa educação, bolsa universidade e vale renda. Para complementar a renda, os homens trabalham temporariamente em fazendas da região e as mulheres como doméstica na sede do município.

Não foi possível identificar programas de geração de renda, tendo como demanda o manejo de animais domésticos e artesanato.

Na comunidade existe apoio mútuo entre as mulheres com os cuidados com as crianças e idosos, e mesmo serviços domésticos, enquanto estão trabalhando como domésticas na cidade.

O papel social das mulheres está ligado à educação, não sendo possível identificar emancipação e liderança feminina nas aldeias. Não existem iniciativas de organização de mulheres, entretanto foi externada como desejo pessoal a organização de um grupo de mulheres para o resgate cultural e geração de renda.

#### **4.2.2 Assentamentos Bagagem e Vera Nilda**

O Assentamento Bagagem está dividido em 86 lotes de 4,5 ha, a aquisição dos lotes foi a partir do Crédito Fundiário, está localizado a 1,5 km da área urbana de Antonio João, segundo relatos, grande parte dos assentados mora e trabalha na sede do município.

Os assentados estão organizados na Associação Vitória, presidida por um homem, entretanto os demais membros da diretoria são mulheres.

---

<sup>8</sup> Consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional (TEIXEIRA et al, 2012).

As principais instituições que atuam no assentamento via associação de moradores são: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Sindicato Rural Patronal, com curso de aproveitamento de derivados de leite – principalmente doces, manejo de gado e pomar. Enquanto demanda o curso de informática, já que receberam doação do Banco do Brasil – aguardando a instalação dos equipamentos.

Dado a proximidade da área urbana, não existe escola ou posto de saúde no assentamento, sendo atendidos pelo transporte escolar e agente de saúde. Todos os lotes são contemplados pela rede de energia elétrica, entretanto não tem abastecimento de água. Foi relatado pelos entrevistados que na época de estiagem, os poços têm secado, comprometendo o abastecimento humano e animal. Em 2011, a Prefeitura Municipal abasteceu o assentamento durante três meses, utilizando tambores para o transporte da água.

A média dos poços é de 17 metros (figura 2), só que as condições geológicas prejudicam, constantemente acontece desmoronamento.

Foi possível visualizar várias hortas (figura 3) que abastecem a região, entretanto existe a necessidade de investimentos iniciais fora do alcance da maioria dos assentados, tais como perfuração de poços semiartesiano, insumos e veículos para o escoamento e comercialização da produção.



**Figura 7: Acesso à água – Assentamento Bagagem**      **Figura 8: Cultivo de hortaliças - Assentamento Bagagem**

Foi relatada a falta de apoio da administração municipal, já tiveram algumas propostas, inclusive uma granja coletiva administrada por mulheres, entretanto, não tiveram apoio. E mesmo para a criação e cultivo para a subsistência, a maior dificuldade é a água.

Durante as entrevistas foi a palavra “tudo” e a frase “fonte de todas as riquezas” foram usadas para atribuir o significado da água.

O Assentamento Vera Nilda, distante 3 km da área urbana encontra-se nas mesmas condições do Assentamento Bagagem. Os assentados estão organizados na Associação Progresso, entretanto com a maioria dos membros da diretoria homens, inclusive o presidente.

O acesso à água também é a principal dificuldade, principalmente nas áreas antes utilizadas para a agricultura e pecuária extensiva.

Nas áreas com maior disponibilidade de recursos naturais , água e solo fértil, são cultivados tomates, entretanto requer uso de agroquímicos e considerável investimento inicial.

### **4.3 Bela Vista**

Das primeiras incursões, na região hoje denominada Bela Vista, em 1531 por portugueses e castelhanos, seguido de conflitos entre os mesmo, e posteriormente por brasileiros e paraguaios durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864), da exploração da erva-mate registra-se em 1900 a instalação do Distrito da Paz, em 1908 a criação do município e elevada a categoria de cidade em 1918 (IBGE, 2012).

O município de Bela Vista possui uma área de 4.893 km<sup>2</sup>, e uma população de 23.290 de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2011). No município existem vários assentamentos: Barra do Itá, Santa Mariana – Nery Volpato, Ressaca, Tupanceretantan, Caracol, Guaviral e Angiquinho. Durante o diagnóstico foram

realizadas visitas nos assentamentos: Barra do Itá, Santa Mariana – Nery Volpato, Caracol, e na Aldeia Pirakuá.

#### 4.3.1 Aldeia Pirakuá

Em 1983 é retomada a Aldeia Pirakuá, entretanto, 1985 é considerado o ano de reinauguração da aldeia, onde houve a celebração da Festa do Milho “*Jakaira Pepy*”, pelo líder religioso Atanásio, comemorando o retorno de muitas famílias, mesmo com a mudança de diversas famílias, a comunidade nunca se retirou completamente da sua terra, apesar das pressões sofridas das propriedades vizinhas. A comunidade recuperou 2.384 hectares de seu antigo *tekoha*, demarcadas e homologadas em 13 de agosto de 1992 (GIAPA, 2011).

A Aldeia Indígena Pirakuá é considerada a aldeia que apresenta melhores condições ecológicas para a reprodução física e cultural da população que nela habita, numa área de mais de mil hectares de mata, a comunidade tem acesso direto aos recursos dos rios Apa, Apami e afluentes. Segundo Giapa (2011) em março de 2011, moravam na área, 469 pessoas em 99 casas.

Na Aldeia Pirakuá foram entrevistadas três mulheres, com as quais buscou identificar lideranças locais, bem como aspectos comuns questões culturais, sociais, econômicos e ambientais.

A Aldeia Pirakuá conta com água encanada, entretanto não atende toda a comunidade, já que estão distribuídas regiões distintas, somente parte conta com abastecimento de água potável as demais acessam a água diretamente do rio Apa. Conta com duas escolas, posto de saúde, telefonia, radioamador e energia elétrica, além da associação de moradores.

Não existe programa de geração de renda com incentivos governamentais, segundo as entrevistadas, entretanto existe a atuação do Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste (IBISS/CO)<sup>9</sup> que desenvolve ações proativas quanto aos direitos de mulheres e crianças, com o Projeto “*Huña*”, o Projeto incentivou a organização de 32 mulheres, fomentando a criação de uma associação, na

---

<sup>9</sup> Instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, criada em 1993, atua na região Centro-Oeste brasileira e nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia (IBISS-CO, 2012).

qual produzem artesanato – cocares e colares. A associação possui um carro que utilizam para a comercialização da produção.

Além do IBBIS-CO, professores e agentes de saúde são citados como responsáveis pela realização de eventos na comunidade, e que utilizam a escola, barracão e posto de saúde como principais espaços disponíveis.

Na área educacional a comunidade é contemplada pelos programas educacionais do governo federal e estadual – *Ára Verá* e Saberes da Terra. Atualmente são cinco professores que participam da Licenciatura Indígena, oferecido pela UFGD.

Quanto o papel social das mulheres na comunidade Pirakuá, destacaram a participação na *Aty Guasu*<sup>10</sup>, responsabilidade pela formação e ascensão em espaços políticos, entretanto muitas não participam por desconhecimento. Foi citada a Lei Maria da Penha.

#### **4.3.2 Assentamentos Barra do Itá, Santa Marina e Caracol**

No município de Bela Vista são vários assentamentos, entretanto durante o diagnóstico foram realizadas entrevistas no Barra do Itá uma mulher e um casal; no Santa Maria – Nery Volpato três mulheres; e Caracol três casais.

Segundo informações levantadas durante as entrevistas, dos três assentamentos o mais antigo é o Barra do Itá, implantado em 1988, com 25 lotes de 40 há, localizado a 40 km da área urbana; seguido pelo Assentamento Caracol implantado pelo INCRA em 1999, com 156 lotes de 22 ha em média, a 42 km; e o Santa Mariana, de 2006 com 160 lotes de 4 ha na área de moradia e 6 na área coletiva, localizado a 32 km da sede do município.

Na ocasião das visitas todos os assentamentos estavam com dificuldade de comercialização da produção, já que, conforme depoimentos das lideranças, por ingerência de atores externos foram interrompidos o fornecimento para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), situação que perdura desde o diagnóstico Sócio Antropológico e Sócio Econômico do Giapa realizado em 2011.

As instituições que atuam (SENAR, Sindicato Rural e escolas), os cursos realizados (manejo do gado, derivados do leite, pomar e beneficiamento) as demandas

---

<sup>10</sup> Grandes assembleias utilizadas, tradicionalmente, pelas lideranças Guarani-Ñandeva e Guarani-Kaiowá para debate de grandes problemas importantes na comunidade.

(panificação, artesanato, comercialização) são os mesmos nos três assentamentos, exceto de corte e costura e panificação para no Assentamento Caracol.



Figura 9: Resfriadora de leite



Figura 10: Maquinário de panificação

Existem resfriadoras de leite no assentamento Caracol (quatro), segundo relatos, já aconteceram iniciativas para a produção de derivados do leite e manipulação de alimentos, entretanto na época não existia a rede de abastecimento.

O Assentamento Caracol, foi criado em 1998, encontra-se em vias de emancipação, nesta comunidade vivem 152 famílias dispostas em 6.326 hectares, divididos em lotes de 25 hectares em média. predominam assentados de outras regiões, inclusive de outros Estados.

#### 4.4 Caracol

Acredita-se que cidade de Caracol implantou seus alicerces em 1884, nas terras doadas por Corrêa da Costa, elevada a distrito em 1914, efetivando a sua emancipação em 1963 (IBGE, 2012).

O município de Caracol possui uma área de 2.940 km<sup>2</sup>, e uma população de 5.460 de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2011). Dentro do seu território, abrange o Distrito de Alto Caracol e o Destacamento Militar São Carlos.

#### **4.4.1 Distrito Alto Caracol**

O Distrito de Alto Caracol está na rodovia BR 267 - Jardim/Porto Murtinho, a 60 km da sede do município e do município de Jardim, já estruturado, inclusive com posto policial. Foram entrevistadas duas mulheres, ligadas a escola e a associação de moradores.

A Escola é municipal, oferece o ensino fundamental para 190 estudantes. Em parceria com o Estado é utilizado o espaço físico da escola, oferta o ensino médio para 40 estudantes.

A Associação de moradores foi criada no fim da década de 1990, com participação equilibrada entre homens e mulheres, neste momento presidido por uma mulher, possui um salão comunitário, no qual são realizados eventos.

As ações realizadas são a partir de iniciativas da associação de moradores, Senar, Prefeitura Municipal e Sindicato Rural, com cursos para os proprietários da região, tais como inseminação artificial, manejo de gado e produção de derivados do leite e doce.

#### **4.5 Ponta Porã**

Ponta Porã não difere dos demais municípios da fronteira Brasil e Paraguai, registra em sua história populações indígenas, instalação de colônia militar para proteção territorial, conflito da Guerra da Tríplice Aliança e exploração da erva-mate. O local teve, a princípio, o nome de "*Nhu-verá*", que foi substituído posteriormente por "Antônio João" e, finalmente, por "Ponta Porã", nome atual do município (IBGE, 2012).

O município possui uma área de 5.330 km<sup>2</sup> e uma população de 79.173 de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2011). Na área de abrangência da bacia do Apa encontra-se o distrito de Cabeceira do Apa e Aldeia Kokue'i (CNM, 2012).

Vale ressaltar que existem outros assentamentos, distritos e aldeias, entretanto fora da área de abrangência da Bacia do Apa.

#### **4.5.1 Aldeia Kokue'i**

A Aldeia Kokue'i localizada no município de Ponta Porã, a comunidade de ocupa, desde 2005, com área de 120 ha, legalmente reconhecida, onde moram 36 famílias (140 pessoas), entretanto reivindicam uma área maior, em estudo (GIAPA, 2011).

Muitas famílias têm áreas de cultivares para consumo interno e criação de aves, a comunidade conta com uma área de mata nativa, liderança esclarecida nos direitos indígenas, com prática da roça tradicional. A população tem acesso direto aos recursos do rio Apa, que corre num extremo da aldeia, mas se ressentem da poluição da água, razão pela qual lutou e conseguiu um poço artesiano com água encanada (GIAPA, 2011).

Na Aldeia Kokue'i, foram entrevistados dois casais, os quais relataram quanto a infraestrutura e serviços, a comunidade conta com energia elétrica, água encanada e telefonia; além de escola, com 30 alunos das séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), os demais são atendidos na escola no Distrito da Cabeceira do Apa. Na comunidade não tem posto de saúde, e é atendida por um agente de saúde, um dos entrevistados.

As instituições citadas como atuantes na aldeia foram a Prefeitura Municipal, Agraer e Funai. Como proposta de geração de renda existente curso de apicultura e de horta comunitária.

Diferente das demais aldeias, na Kokue'i não foi possível identificar a participação de professores na Licenciatura Indígena. Os espaços utilizados pela comunidade são a escola e a igreja.

Quanto o papel da mulher na comunidade foi citado os cuidados com a casa e filhos por um dos casais, e por outro casal entrevistado, a gestão da comunidade.

#### **4.5.2 Distrito Cabeceira do Apa**

A comunidade Cabeceira do Apa, é distrito do município Ponta Porã, atualmente a comunidade conta com cerca de 60 famílias que teve suas origens como ponto de passagem do transporte de erva mate e madeira do Paraguai ao Brasil,

também polo de produção de subsistência para a colônia militar e base de um posto aduaneiro no início do século XX. Desta forma tinha uma relativa estrutura de serviços até os anos 1970, mas com a expansão da monocultura o distrito entrou em decadência (GIAPA, 2011).

Cabeceira do Apa está localizado a 70 km da sede do município de Ponta Porã e a 30 km da área urbana de Antonio João. É constituído de pequenos proprietários tendo influência direta da Aldeia Kokue'i e assentamentos da Fazenda Itamarati.



**Figura 11: Escola e Igreja do Distrito Cabeceira do Apa**

Para a realização das entrevistas foram contatadas lideranças dos municípios de Ponta Porã e Antonio João, sendo as principais referências pessoas ligadas à área de educação e de saúde. Foram entrevistadas duas mulheres e um homem.

Próximo ao núcleo urbano encontra-se Área de Preservação Ambiental (APA) da Cabeceira do Apa criado pela Prefeitura de Ponta Porã – Decreto nº 4882/2005 (GIAPA, 2011), de conhecimento dos entrevistados. A perda dos recursos naturais, com os usos inadequados e erosões, conseqüentemente a diminuição da disponibilidade da água, são os pontos de destacados pelos entrevistados, sendo relatado o desaparecimento de várias nascentes nas proximidades do núcleo urbano.

#### **4.6 Porto Murtinho**

No ano de 1892, Dr. Antônio Corrêa, Superintendente Regional do Banco Rio e Mato Grosso, estabeleceu na Fazenda Três Barras, um porto para o embarque da indústria de erva-mate com destino ao sul do país. Em 1900 foi elevada a Distrito 1911 a município (IBGE, 2012).

O município de Porto Murtinho possui uma área de 17.744 km<sup>2</sup> e uma população de 15.530 de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2011). Dentro da área de abrangência da Bacia do Apa encontram-se as Colônias de Cachoeira do Apa, Ingazeira e Bocaiúva, ressalta-se a existência da Reserva Indígena Kadiwéu, com 4 aldeias, entretanto fora da bacia.

#### **4.6.1 Colônias Bocaiúva, Cachoeira do Apa e Ingazeira.**

Estrategicamente foi entrevistada uma liderança da Colônia Bocaiúva que atua diretamente, também, nas Colônias Cachoeira do Apa e Ingazeira, considerando que na Bocaiúva está instalada a Escola Polo Bonifácio Gomes, responsável pelas Extensões localizadas nas demais colônias do município.

A Colônia Bocaiúva localiza-se nas proximidades da área urbana, cerca de 5 km, na confluência do Rio Amonguijá com o Rio Paraguai, ironicamente, a maior dificuldade é a disponibilidade de água.

Outra questão identificada é a dispersão de resíduos do lixão pelas propriedades da região, já que não tem um controle efetivo.



**Figura 12: Dispersão de resíduos**

Com característica do Chaco, a região sofre com a escassez de água para a produção nas pequenas propriedades, o que impossibilita o desenvolvimento de pomares e até mesmo de criação de animais. Já realizadas várias iniciativas de geração de renda, inclusive cursos e instalação de cooperativa de leite, entretanto não obtiveram êxito, dado a necessidade de água para produção de pasto e dessedentação dos animais. Neste momento, estão buscando investimentos para a instalação de um sistema de irrigação, para garantirem a criação do rebanho e posteriormente a retomada da cooperativa de leite, que conta com o apoio do Sebrae.

A partir de contato com lideranças da Escola Polo foram identificadas lideranças nas Colônias Cachoeira do Apa e Ingazeira que moram na área urbana, já que pelas condições de conservação das estradas de acesso, em um primeiro momento não foi possível chegar as colônia. Em outra tentativa foram realizadas as entrevistas na Cachoeira do Apa.

Dos entrevistados da Colônia Cachoeira do Apa, três do sexo feminino; e um do sexo masculino, morador na sede do município – empresário que atua com turismo na colônia.

A Colônia Cachoeira do Apa localiza-se a 94 km da sede do município, junto ao Parque Natural Municipal Cachoeira do Apa com 40 ha, o Plano de Manejo do mesmo, encontra-se em elaboração com recursos do Projeto Giapa.

A Extensão da Escola Polo atende do ensino fundamental, com demanda para mais de 60 vagas para o ensino médio. São quatro professores para atender 92 estudantes em salas multi sereadas (várias turmas em uma única sala de aula).

Foi proposto um projeto junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e implantada um Sala Verde para atender a comunidade da Colônia, entretanto neste momento está desativada, e o acervo a disposição do Polo Universitário de Porto Murtinho – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Os moradores da Colônia Cachoeira do Apa estão organizados em uma associação, conforme relato a comunidade é bastante atuante, reivindicando seus direitos junto ao poder público. Os espaços disponíveis são barracão da associação e a escola.

A Colônia Ingazeira está localizada a 50 km da sede do município, às margens e a poucos quilômetros de sua Foz do Rio Apa, onde estão instalados empreendimentos turísticos de pesca. O local é o principal acesso a municipalidade San Lazaro e o distrito de Vallemi do lado Paraguai, a travessia do Rio Apa é realizada por pequenas embarcações.

A população da Ingazeira é constituída na sua maioria por pessoas idade, principalmente pela falta de acesso ao ensino médio. A Extensão da escola, também em sistema de salas multi sereadas, tem um professor para atender 43 estudantes do ensino fundamental nos dois períodos – manhã do 1º ao 5º ano e tarde 6º ao 9º. Como na Cachoeira do Apa existe a demanda pela oferta do ensino médio.

A comunidade não está organizada em associação, tendo a escola como ponto de referência para toda a comunidade.

#### 4.7 Lideranças Urbanas

Na área urbana os contatos iniciaram a partir de uma lista fornecida pela coordenação, de pessoas que participaram de atividades realizadas pelo projeto Giapa nos municípios. Em alguns, esses contatos foram prejudicados, dado ao período pré-eleitoral, assim, buscou-se outros contatos com lideranças envolvidas em projetos realizados por outras instituições na Bacia do Apa.

Em Bela Vista foram contatadas quatro mulheres e um homem.

Duas entrevistadas fazem parte do Pró-Apa, ONG fomentada pelo Giapa para a organização de um grupo de apoio para dar continuidade nas ações após o encerramento do Projeto. A proposta de fomentar o grupo em Bela Vista considera as diretrizes do Acordo do Apa, que prevê a instalação das Comissões de Coordenação Local (CCL), uma em Bela Vista/BR e a outra em Bela Vista Norte/PY.

Outra iniciativa, o Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteira (GEASF), que conta com a participação de educadores do Brasil e do Paraguai, tendo o Rio Apa como tema gerador. O Grupo foi gerenciado após oficinas de educação ambiental e de educomunicação, no ano de 2010, realizada pela Mupan e Rede Aguapé, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), dentre outros parceiros. Na ocasião participaram educadores de três escolas do campo do lado do Brasil e de todas as escolas do Paraguai.

O Geasf tem realizado ações para a formação de educadores da região, com encontros e atividades envolvendo a comunidade escolar dos dois países, como um meio de efetivar diálogos sobre a Bacia do Apa, partindo dos currículos escolares.

Dando continuidade ao processo de formação continuada, foi proposto e aprovado no mês de novembro de 2012, junto ao *Programa Ecosystem Alliance (EA) Wetlands Internacional, IUCN e Both ENDS*, e coordenado pela ONG Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal, o projeto Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental. O Projeto prevê o estabelecimento de uma rede de parcerias, dentre ela a UFMS, entidade que certificará a partir de uma ação de extensão, com 180 horas na modalidade semipresencial. Serão ofertadas em um primeiro momento 100 vagas para conselheiros e membros dos diversos espaços constituídos (conselhos, comissões,

ONGs, movimentos sociais) e diferentes temáticas (saúde, educação, planejamento, saneamento, assistência social, dentre outros).

Na área social, a ONG ASEMA Santa Clara, criada em 2000, localizada no bairro Água Boa, conta a participação de 18 voluntários da própria comunidade (donas de casa, funcionários públicos e comerciantes).

A Asema está cadastrada junto a Secretaria de Assistência Social para atender o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), hoje são 97 crianças da comunidade atendidas pela associação, no contra turno.

A Organização Avaré, com recursos familiares, atua há 12 anos com crianças e mulheres, desenvolvendo ações na área social, conforme entrevista com representante da instituição. Outra organização contatada, entretanto sem êxito, foi a Recycle Bel, que faz a coleta, separação e comercialização de recicláveis.

Em Caracol no ano de 1999 foi criada a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol (ACODECOL) que no início desenvolvia ações ligadas às questões culturais e sociais. Segundo relatos, foi verificado que para resolver as problemáticas sociais e culturais, seria necessário o desenvolvimento da extensão rural, já que o município é predominantemente rural, necessitando apoio para produção e comercialização da agricultura familiar.

A associação têm 1.500 pessoas cadastradas como fornecedores da agricultura familiar; oito funcionários; cinco voluntários; e ainda, gerencia o laticínio e a usina de beneficiamento da agricultura familiar. Na ocasião da entrevista estava sendo instalada a panificação. A produção é distribuída no comércio local e nos municípios da região, atende o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Central de Abastecimento em Campo Grande.

Segundo dados, a Acodecold conta com a participação de mais de 30% de mulheres, responsáveis pela produção na agricultura familiar.

Em Porto Murtinho foi identificada a ONG Vida Pantaneira que desenvolve ações voltadas para a comunicação visando empoderamento de jovens. E ainda, a proposta da Secretaria de Assistência Social, desde 2005, intitulada Meninas Cantoras que atende crianças e jovens, e a valorização da mulher para o fortalecimento de vínculos.

No município de Antonio João não foi possível contatos com lideranças para a identificação de organizações atuantes na área socioambiental além das associações de pequenos produtores e sindicato rural.

#### 4.8 Autoridades Locais

Os contatos com os responsáveis pelas políticas públicas para mulheres nos municípios partiram de contatos com as Secretarias de Assistência Social por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.); e do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) para a proteção básica (MDS, 2012).

Para visualizar a participação da mulher na administração pública nas pastas comuns a todos os municípios foi elaborado o Tabela 2:

**Tabela 2: Participação da mulher na administração pública**

Município	Assistência Social	Educação	Saúde	Fazenda Finanças	Meio Ambiente
Antonio João	M	M	H	M	M
Bela Vista	M	M	M	H	M
Caracol	M	H	H	M	H
Ponta Porã	M	M	H	H	M
Porto Murtinho	M	M	H	M	M

Com o panorama levantado é possível identificar a predominância de mulheres na pasta de Assistência Social, enquanto na Saúde está sob responsabilidade de homens.

No município de Antonio João, quanto à participação da mulher na administração municipal foi destacada como valorizada, com maioria nas secretarias coordenações e direção, segundo informações levantadas durante a entrevista, deve considerar “é administrada por uma mulher (prefeita), que tem sua formação e atuação na área da assistência social e se preocupa com as questões”, entretanto não existem políticas específicas (secretaria ou departamento, conselho e delegacia para a

mulher) são atendidas as orientações na área de habitação, assistência social, saúde, etc.

Na área da habitação foi possível identificar que durante a implantação de um conjunto com 40 casas, 39 foram mulheres beneficiadas. É importante ressaltar que não existe registro ou monitoramento específico para o levantamento desse tipo de dado, tais como relatórios que exemplifique esse quadro, estando disperso nos diversos departamentos e coordenadorias, ou mesmo Vale Renda (estadual).

Em Bela Vista a participação da mulher na administração municipal foi considerada como efetiva, entretanto, sem políticas específicas. Chegou a ser discutido a criação de uma coordenadoria e do conselho da mulher, mas não foi ativado.

O município desenvolve ações de planejamento familiar, de inclusão em programas sociais e habitacionais. No Programa Minha Casa, das 31 casas 94% foi destinada as mulheres. Quanto aos benefícios sociais 87% são de mulheres e 13% homens como titulares. Segundo relatos, todos os conselhos são constituídos pela maioria de mulheres, bem como as secretarias.

Para efetivar a participação da mulher nos espaços constituídos (secretarias, departamentos, conselhos, etc.) foi citada a valorização e atendimento às políticas públicas para as mulheres. Em relação a grande participação de mulheres na administração pública municipal é atribuído à formação e preparação profissional.

O município de Caracol também é administrado por uma mulher em seu segundo mandato (2005/2012), além da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e a Secretaria de Assistência Social, administrado por mulheres. As Secretarias de Saúde, Obras e Serviços, Esporte e Lazer, Desenvolvimento Agrário, Educação e Chefia de Gabinete estão sob responsabilidade de homens.

Quanto às ações desenvolvidas para atender as políticas para mulheres ações de prevenção e controle na área de saúde, e os programas habitacionais segue as orientações da política nacional.

As informações no município de Porto Murtinho foram coletadas junto a Secretaria de Assistência Social, e Secretaria de Saúde com a participação do secretário e diretora do hospital municipal.

O município de Porto Murtinho uma mulher ocupa o cargo de vice-prefeita (2009/2012), a mesma foi eleita ao cargo de prefeita para o mandato 2013 a 2016. Em

relação ao planejamento e administração, da saúde, de obras e serviços, desenvolvimento agrário, são homens os responsáveis pelas pastas. Já a assistência social, turismo, educação, gabinete e assistência jurídica, mulheres.

Nos conselhos constituídos predominam a participação de mulheres, exceto no Conselho da Criança e Adolescente, e Antidrogas.

Para ampliar a participação da mulher nos espaços constituídos foram mencionadas a necessidade de ações que explicita e motive o desenvolvimento de potencialidades para ampliar a participação em conselhos, fóruns, e até mesmo para ocuparem espaços no legislativo e executivo.

Nos benefícios de programas sociais, de 40 famílias beneficiadas, 34 são chefiadas por mulheres.

Para ampliar a participação da mulher em espaços políticos foi sugerido a motivação e efetivação da verdadeira participação – desde a construção à avaliação.

Dentre os municípios da Bacia do Apa, o de Ponta Porã é o que apresenta maior capacidade instalada, mesmo sem ter uma secretaria específica para mulheres, possui o conselho e a delegacia para o atendimento a mulher.



**Figura 13: Casa dos Conselhos, Ponta Porã**

O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres criado em setembro de 2011 como órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e propositivo das Políticas Públicas para a Mulher, conta com a participação de dez representantes governamentais e dez não governamentais. Dos 20 membros, dois são do sexo masculino.

#### 4.9 Quadro Político

A Igualdade de Gênero é uma das Oito Metas do Milênio, a Meta 3 destaca a Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher.

Apesar de conquistas e de políticas afirmativas, a desigualdade entre homens e mulheres são perceptíveis nos postos de trabalho e renda. Segundo dados do IBGE, a população brasileira é constituída por 53,7% por mulheres e que o rendimento das mulheres continuou inferior ao dos homens. Em 2011, elas recebiam, em média, 72,3% do salário masculino, proporção que se mantém inalterada desde 2009. Na administração pública a participação feminina perfaz 22,6% contra 10,5% de homens, em 2011. Entretanto ainda predomina nos empregos domésticos a mão de obra feminina (94,8%), percentual idêntico ao registrado em 2003 (IBGE, 2012).

O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres instituído pela Lei nº 7.353/1985, vinculado ao Ministério da Justiça, até 2010 teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, o que amplia o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres (SEPM, 2012). No Estado de Mato Grosso do Sul em 1987 (Lei nº 702) foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

No Brasil dos direitos políticos das mulheres, em 1932 o direito ao voto, mas somente em 1934 são suspensas as restrições (com comprovação de renda ou autorização do marido) e em 1946 o voto feminino passa a ser obrigatório. Quase 50 anos depois, em 1995 a previsão em lei de 20% no mínimo das vagas de partidos ou coligação com o preenchimento de candidaturas por mulheres, aumentando para 30% em 1997 e a partir de 2010 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral o caráter obrigatório da cota mínima de 30% de candidaturas de mulheres (SEPM, 2012).

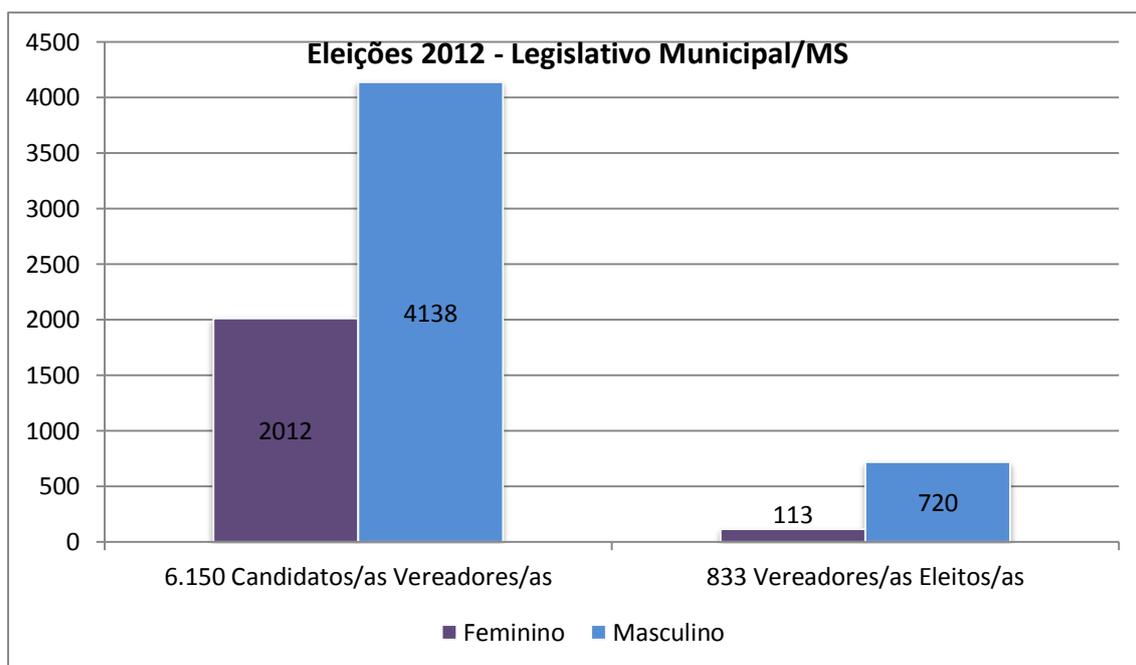
No Brasil a disputa eleitoral para a Presidência da República em 2010 foi composta por sete candidatos do sexo masculino e duas do sexo feminino. No primeiro turno, o percentual 66,24% dos votos foram destinadas às duas candidatas – Dilma

Rousseff (46,91%) e Marina Silva (19,33%). Com esses resultados, considerado como vitória, com a ascensão das mulheres na disputa eleitoral a cargos majoritários.

Desde a disputa à vitória, com 55,39%, de Dilma Rousseff (2011/2014) comemorou-se como uma conquista social e a possibilidade do aumento e efetividade de políticas que garantam os direitos das mulheres e minorias.

Segundo dados, em 2010, as mulheres ficaram com 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembleias Legislativas (METAS DO MILÊNIO, 2012).

Nas eleições municipais de 2012 para o Legislativo, segundo dados da TRE (2012), foram registradas 6.150 candidaturas, registra-se 33% por mulheres para as Câmaras Municipais dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, entretanto, pouco menos de 14% foram eleitas. Assim, das 833 vagas nas Câmaras, 113 foram conquistadas por mulheres, conforme Gráfico 7, abaixo:



**Gráfico 8: Relação homens e mulheres – candidatos e eleitos no MS.**

Para o Executivo Municipal, em 2012 no Estado de Mato Grosso do Sul, segundo dados da TRE (2012), foram registradas 210 candidaturas, dessas registra-se 15% por mulheres para o Executivo Municipal nos 79 municípios do Estado, entretanto, pouco menos de 11% foram eleitas, conquistando oito das 79 vagas.

Assim para a gestão 2013 – 2016 serão oito mulheres a frente do Executivo e 113 no Legislativo nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul.

Considerando o número de eleitores da Bacia do Apa, os sete, incluindo os municípios de Bonito e Jardim – já que interferem diretamente na gestão integrada da bacia, perfazem 51% dos eleitores do sexo feminino, seguindo a percentagem do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Tabela 3.

**Tabela 3: Eleitores/as dos da Bacia do Apa, MS e o percentual feminino.**

Município	Masculino	Feminino	Total por Município	Percentual Feminino
Antonio João	3.110	3.315	6.425	<b>52%</b>
Bela Vista	8.302	8.250	16.552	<b>50%</b>
Bonito	7.844	7.592	15.436	<b>49%</b>
Caracol	2.220	2.074	4.294	<b>48%</b>
Jardim	8.697	8.995	17.692	<b>51%</b>
Ponta Porã	25.785	28.292	54.077	<b>52%</b>
Porto Murtinho	4.565	4.172	8.737	<b>48%</b>
Estado Mato Grosso do Sul	<b>836.444</b>	<b>885.392</b>	<b>1.721.836</b>	<b>51%</b>

Foi verificado junto ao TRE que para os sete municípios, nenhuma mulher foi diplomada para o Executivo Municipal da Bacia.

Quanto ao Legislativo Municipal das 75 vagas, onze serão ocupadas por mulheres, em percentual 15%, conforme Tabela 4.

**Tabela 4: Câmara Municipal 2012 - candidatas e eleitas nos municípios do Apa.**

Município	Total de Candidatos	Candidatas Mulheres	Total de Vagas	Vereadoras Eleitas	Percentual de Mulheres Eleitas
Antonio João	50	16	9	2	<b>22%</b>
Bela Vista	70	23	11	2	<b>18%</b>
Bonito	98	31	11	0	<b>0%</b>
Caracol	35	13	9	1	<b>11%</b>
Jardim	49	16	11	2	<b>18%</b>
Ponta Porã	171	54	15	1	<b>7%</b>
Porto Murtinho	70	22	9	3	<b>33%</b>
Total da Bacia	<b>543</b>	<b>175</b>	<b>75</b>	<b>11</b>	<b>15%</b>

A partir desses dados é possível visualizar que o município no Bonito não foi eleita nenhuma mulher, e em Porto Murtinho três foram eleitas. Assim, para a gestão

2013 – 2016 serão duas mulheres a frente do Executivo Municipal na Bacia do Apa, com onze como vereadoras.

## 5 DISCUSSÕES

A Bacia do Apa, do lado brasileiro possui pouco mais de 12.000 km<sup>2</sup>, entretanto, com uma diversidade socioambiental considerável, Biomas Cerrado, Pantanal com a incidência do Chaco e áreas de transição da Mata Atlântica.

Para a gestão de bacia faz-se necessária à participação dos diversos segmentos, como prevê a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), poder público, usuários e sociedade civil organizada. Segundo Garcia (2008), dado a importância de cada indivíduo nos espaços de discussões e decisões, seja social, cultural, político, econômico ou ambiental, cria laços determinantes, dentre eles, para a gestão dos recursos hídricos.

No processo para a Gestão da Bacia do Apa várias organizações governamentais e não governamentais tem desenvolvido ações que corroboram para a implementação do Acordo do Apa. Os processos de construção e transformação são lentos, até que uma determinada política pública se efetive a população é penalizada, de forma que é latente a necessidade de ampliar, fortalecer e garantir a participação nos processos de decisão, principalmente da mulher.

Nas diferentes culturas, as mulheres desempenham papel importante na gestão dos recursos naturais e principalmente da água, como educadora nata, seja nos espaços escolarizados ou na própria família.

O presente diagnóstico aponta a participação da mulher na administração pública, com capacidade técnica e formação, entretanto é um número pequeno em relação as demais áreas, necessitando empoderá-las para que participem do processo de gestão, com informações e formação sobre o seu papel.

Todo o processo de construção e negociação do Acordo contou com a participação de atores da bacia. Assim, para a sua implementação, independente da situação política, faz-se necessário o fortalecimento das comunidades, municiando-as de informações para que sejam protagonistas dessa fase de “negociação para a implementação”. Para tal, o *lobby* político, com o aporte técnico e participação da comunidade para que nas Comissões de Coordenação Local (CCL) se efetive de forma equitativa.

## 5.1 Fortalezas e Oportunidades

O reconhecimento da água como vital para a sobrevivência e manutenção do ser humano e recursos naturais externalizam o pertencimento e relações socioambiental na Bacia do Apa, nas diferentes comunidades, que se depara com o pouco acesso, ou mesmo falta da Água.

A existência de áreas coletivas em alguns assentamentos, com possibilidade de práticas alternativas, como a agroecologia.

Mesmo que instintiva, sem uma política específica para a mulher, a administração municipal tem ampliado a participação de mulheres nos cargos de chefia, tais como departamentos, diretorias e secretarias, galgando espaços antes não acessíveis.

Nas políticas públicas brasileira já consta a necessidade mínima de 30% da participação de mulheres, inclusive nas associações e representações das comunidades assentadas pelo Incra.

A atuação de organização não governamental fomentando o empoderamento e organização de mulheres para a geração de renda, formação coletiva e política, desenvolvendo capacidades, com o fortalecimento das comunidades a partir de projetos de organização e formação de grupos para o empoderamento de atores sociais contextualizando e respeitando a diversidade da cultura local.

A participação de mulheres é significativa nas associações dos assentamentos e nos conselhos das diversas áreas, sendo necessário que essa participação seja qualificada.

Dos principais resultados das políticas públicas para as mulheres, a valorização participação da mulher em espaços constituídos (secretarias, departamentos, conselhos, etc.), entretanto, ainda não externalizado para a gestão da água.

A criação do Grupo Pró-Apa pelo Giapa, como agregador e potencializador para a implementação do Plano de Gestão Integrada da Bacia do Apa, independente do cenário político-administrativo.

## 5.2 Fraquezas e Ameaças

O acesso a água para abastecimento humano e cultivo, sendo visível a diferença entre a produtividade e renda das propriedades que tem acesso a água, considerando o alto custo para a recuperação do solo nas áreas antes usadas na agropecuária extensiva.

Falta de incentivo e organização para produção e escoamento (recuperação e manutenção das vias de acesso) da agricultura familiar. A existência da iniciativa para a comercialização da produção nos assentamentos de Bela Vista para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entretanto suspensas por interferências políticas – *lobby* -, pessoas ligadas ao legislativo municipal em benefício familiar.

A comercialização das casas de alvenaria construídas na Aldeia Campestre, bom como a comercialização, e mesmo arrendamento, dos lotes nos assentamentos dado as dificuldades de manutenção e produção.

O número reduzido de organizações locais que atuam com as questões socioambientais.

A participação e representatividade feminina em processos de decisão ainda são comprometidas pela falta de políticas públicas que alcancem a base. Ainda são incipientes as ações concretas para a emancipação e empoderamento das mesmas. A descontinuidade e a desmotivação como os principais desagregadores, em qualquer política pública, e ainda, a falta de capacidade instalada para a implementação de políticas públicas para a mulher.

A cultura machista e sexista ainda presente nos diversos grupos – rural e urbana, bem como a legitimidade dos representantes em geral – assentamentos, comunidades indígenas, lideranças urbanas.

Para a visualização, sistematizou-se a discussões (Tabela 5) destacando as fortalezas e oportunidades, e fraquezas e ameaças.

**Tabela 5: Fortalezas e oportunidades, e fraquezas e ameaças**

Fortalezas	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
Identidade e pertencimento quanto às relações socioambientais na bacia do Apa.	Reconhecimento da água como vital para o ser humano.	Dificuldades de acessarem a água.	Falta de incentivo e organização para produção e escoamento.
Número significativo de mulheres na administração pública.	Cota mínima de 30% da participação de mulheres.	Alto custo para a recuperação do solo nas áreas antes usadas na agropecuária extensiva.	Descumprimento de políticas públicas para a mulher.
A participação de mulheres na diretoria das associações dos assentamentos e nos conselhos das diversas áreas.	Atuação de ONGs fomentando o empoderamento e organização de mulheres para a geração de renda, formação coletiva e política.	A comercialização ou mesmo arrendamento dos lotes pelas dificuldade de manutenção e produção.	Poucas organizações locais que atuam com as questões socioambientais.
A valorização e participação da mulher em espaços constituídos.	Responsabilidade social e fortalecimento das comunidades a partir de projetos de organização e formação de grupos, exemplos: Giapa e Geasf.	Falta de interação entre os espaços constituídos.	Legitimidade de representantes em geral.
Desenvolvimento intelectual das mulheres, tendo capacidade de administrar um município, por exemplo.	Aumento do número de mulheres na administração de diversos setores da sociedade.	Falta da efetividade de políticas públicas que alcancem a base, fortalecendo a participação e representatividade feminina em processos de decisão.	Descontinuidade e a desmotivação como principais desagregadores nos processos participativos.

Pré-disposição e interesse pela questão socioambiental.	Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental (MUPAN/IUCN/UFMS).	Falta de <i>lobby</i> político para o enfrentamento de ingerências.	Influências políticas negativas – desestruturação dos grupos.
Pré-disposição para ampliarem a formação pessoal e coletiva.	Oferecimento de cursos de extensão, graduação e pós, pelas Universidades Públicas com polo na bacia do Apa.	Falta de organização para garantirem a representação, exemplo, candidatos a vereadores em diferentes assentamentos, entretanto nenhum foi eleito.	Conservação e manutenção das vias de acesso às assentamentos e aldeias.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de uma leitura sobre a resistência de alguns entrevistados, e dificuldades de contatar as lideranças, deu-se pelo fato que as visitas foram realizadas nos meses (agosto a outubro) que antecederam o processo eleitoral nos municípios.

Da capacidade instalada, dos cinco municípios, somente Ponta Porã conta com estrutura específica para atendimento direcionado às mulheres (conselho e delegacia), nos demais, conta somente com a Secretaria de Assistência Social faz o atendimento de prevenção e apoio.

No geral, mesmo que instintivamente a administração municipal tem ampliado a participação de mulheres (chefias, departamentos e secretarias) e contemplando-as em programas de acesso a saúde, habitação e renda. Entretanto faz-se necessário à implementação de políticas públicas garantindo, assim, a efetividade e continuidade das ações independente da situação política.

As mulheres são as responsáveis pela saúde, educação e cuidados para com a família, e estudos comprovam que a má administração ou falta da água impactam diretamente mulheres, crianças e idosos. Assim, a participação e fortalecimento da mulher nos espaços constituídos são necessários para o equilíbrio nos processos de decisão, principalmente na gestão da água.

## REFERÊNCIAS

- CNM – Confederação Nacional dos Municípios 2012. Disponível em [http://www.cnm.org.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=94](http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=94). Acesso em: out/2012.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M.. *Ñande Ru Marãngatu*: laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD. 2009. 282p. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/nande-ru-Marãngatu-laudo-antropologico-e-historico-sobre-uma-terra-kaiowa-na-fronteira-do-brasil-com-o-paraguai-municipio-de-antonio-joao-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: out/2012
- GARCIA, Á. S. Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos participação e cidadania na BAP. in: *II Seminário internacional América Platina*. Campo Grande: UFMS, 2008.
- GIAPA (2011) *Diagnóstico Sócio Ambiental Da Bacia Do Rio Apa*. Contrato Fadems/Prefeitura Municipal de Ponta Porã Nº 235/2010.
- HELFENSTEIN, A. M. *O Programa Luz para Todos como Política Pública de Desenvolvimento Econômico e Social nos Assentamentos Rurais de Mato Grosso Do Sul*. Dissertação de Mestrado (2010). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ano. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500090#>>. Acesso em: out/2012.
- IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2096&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2096&id_pagina=1). Acesso em: nov/2012.
- IBISS-CO - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste Disponível em: <http://www.ibiss-co.org.br/site/institucional> Acesso em: out/2012
- MARINHA DO BRASIL. *Tratado do Prata*. Diretoria de Portos e Costas. Disponível em: [https://www.dpc.mar.mil.br/sta/depto\\_traquav/hidrovia/TratBcPrata.pdf](https://www.dpc.mar.mil.br/sta/depto_traquav/hidrovia/TratBcPrata.pdf) Acesso em: nov/2012.
- MDS - *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>. Acesso em: nov/2012.
- MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. de F. L. de (Org.). *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados: UFGD, 2009. 278 p. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/educacao-relacoes-de-genero-e-movimentos-sociais-um-dialogo-necessario-farias-marisa-menegat-alzira-teseschi-losandro-orgs./?searchterm=genero> Acesso em: out/2012
- METAS DO MILÊNIO. *O voluntariado e os objetivos do milênio do ONU*. Disponível em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/mulher/>. Acesso em: nov/2012.

MUPAN (2010) *Marco Situacional: Gestão Compartilhada da Bacia Transfronteiriça do Apa*.

PEREIRA, M. et al. *Perfil da Bacia Hidrográfica Transfronteiriça do Rio Apa*. Disponível em <  
[http://www.planetaead.com.br/penaagua/apoio\\_didatico/materiais/perfil\\_da\\_bacia\\_transfronteirica.pdf](http://www.planetaead.com.br/penaagua/apoio_didatico/materiais/perfil_da_bacia_transfronteirica.pdf)> . Acesso em: out/2012.

SEPM - *Secretaria de Políticas para as Mulheres*. Disponível em:  
<http://www.sepm.gov.br> . Acesso em: nov/2012.

SIQUEIRA, E.M.; BRAND, A.J. *Os Kaiowa e Guarani no Mato Grosso do Sul: os conflitos de terra e as marcas do SPI*. Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

SOUZA J. L. de; VLACH V. R. F.. Os Guarani-Kaiowá E Guarani-Ñandeva e o processo de retomada de terras tradicionais. In: *4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica 2008 – UFU 30 anos*. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em:  
<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-20106.PDF>. Acesso em: out/2012

SOUZA, J.L.; VLACH, V.R.F. *Os Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva e o Processo de Retomada de Terras Tradicionais*. Universidade Federal de Uberlândia. 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica, 2008.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/02.pdf>. Acesso em: nov/2012

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas Eleições 2012*. Disponível em <  
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012> > . Acesso em: out/2012

## **Equipe Responsável**

### **Áurea da Silva Garcia**

Bacharel em Turismo, Mestre em Ensino de Ciências/Educação Ambiental, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Diretora Presidente da ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), Campo Grande, MS, Brasil; E-mail: [aureasgarcia@gmail.com](mailto:aureasgarcia@gmail.com); Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul (GEPEA-MS) <http://br.groups.yahoo.com/group/gepeams>

### **Daniella de Souza Masson**

Acadêmica do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil; E-mail: [daniellasouzamasson@hotmail.com](mailto:daniellasouzamasson@hotmail.com)

### **Elinalva Silva de Lira**

Acadêmica do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil; E-mail: [elinalvasilvalira@hotmail.com](mailto:elinalvasilvalira@hotmail.com)

## **Agradecimentos**

**Equipe Técnica e Coordenação do Giapa**  
**Administração Municipal**  
**Entrevistados**

## APÊNDICES